

Gregori quer o Brasil em organismos internacionais

Jamil Bittar

"O Brasil quer atuar na universalização dos Direitos Humanos e sua atuação já se faz sentir, neste sentido, no combate ao narcotráfico, ao crime organizado e à Aids." A afirmação foi feita ontem pelo Secretário Nacional dos Direitos Humanos, José Gregori, durante seminário sobre "A Proteção Internacional dos Direitos Humanos e o Brasil", realizada no Superior Tribunal de Justiça.

Ele considerou que, no próximo milênio, o assunto dominante nas nações do mundo inteiro terá a ver com Direitos Humanos e, por isso, defendeu a participação do Brasil em todos os tribunais internacionais ligados ao tema. "Se já tivéssemos o Tribunal Internacional Penal, ao qual o Brasil aderiu em 1998, o caso Pinochet não seria tema exclusivo de um ou dois países, mas de toda a comunidade internacional", alegou.

Outra proposta defendida por Gregori, em Genebra, há menos de 15 dias, refere-se à reflexão e análise dos Direitos Humanos pela ONU, já que vivemos num mundo de "economia globalizada complexa".



Gregori: direitos humanos será assunto dominante

Essa colocação foi feita diante da Alta Comissária da ONU, Mary Robson. Segundo Gregori, ela julgou pertinente que as Nações Unidas debatam esse assunto no próximo ano, convencendo-se que uma economia globalizada reflete na área de Direitos Humanos.

Ele justificou essa posição, lembrando que o ataque sofrido pelo real, na crise de fevereiro, não teve reflexos apenas na economia. "Senti as consequências dessa crise na área dos Direitos

Humanos, uma vez que o Brasil ficou mais fragilizado e passou a ser tratado pela comunidade internacional, como um devedor relapso, que não tinha feito seu dever de casa", disse. Para Gregori, ao ser desclassificado economicamente, com publicações internacionais mostrando filas enormes diante dos bancos, o País sofreu riscos na sua política de Direitos Humanos.

ZENAIDE AZEREDO

Repórter do JORNAL DE BRASÍLIA